

ATA N.º 1596/13

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e treze, reuniu-se o Legislativo Municipal, *em Sessão Ordinária*, presidida pela Vereadora Rosemari Almeida (PP), Presidenta da Mesa Diretora 2013, e Secretariada pelo Vereador Márcio Miguel Müller (PTB), 1.º Secretário; presentes os demais Vereadores: Ari Arnaldo Müller (PDT); Carlos Einar de Mello – Naná (PP); Dorivaldo da Silva – Dorinho (PDT); Gustavo Zanatta (PP); Joacir Vanderlei Menezes da Silva (PMDB); Marcos Roberto Gehlen – Tuco (PT); Renato Antonio Kranz (PMDB), 2.º Secretário; e Roberto Braatz (PDT), Vice-Presidente. Às dezenove horas e um minuto, a Presidência abriu os trabalhos e solicitou ao Secretário que procedesse a leitura do salmo bíblico e do Resumo da Ordem do Dia da Ata da Sessão Ordinária anterior – 1595/13 – que foi devidamente aprovada. Após, foi lido o Expediente e dado seu destino. Em prosseguimento, teve início a Hora dos Oradores. O primeiro a se manifestar foi o **Vereador Marcos Gehlen**, *nos seguintes termos*: Não faria uso da Tribuna, mas achei importante fazer a leitura da nota de esclarecimento da Câmara de Vereadores a toda imprensa montenegrina: “Nota à imprensa – Câmara de Vereadores de Montenegro aceita a retificação do erro do Prefeito e recebe de volta os projetos de lei complementares ao Plano Diretor. Reunidos na manhã de quinta-feira (04), a Presidenta da Câmara e os Vereadores da Comissão de Estudo e Análise do Plano Diretor - após analisar o Ofício 511/2013-GP, de três de julho, em que o Prefeito Paulo Azeredo retifica comunicação enviada ao Legislativo no dia anterior, solicitando a devolução dos projetos de lei complementares ao Plano Diretor (n.º 153 a 159/2010) - tornam pública sua intenção de receber de volta os projetos. No entendimento da Presidenta e dos membros da Comissão, o interesse da comunidade precisa estar acima de qualquer veemência isolada. Lamentam a ocorrência do erro, que inclusive causou prejuízos financeiros ao erário público, pois a Câmara foi obrigada a publicar novo edital na imprensa cancelando sua audiência pública marcada para oito de julho, divulgada em outro edital no Jornal Ibiá, de vinte e nove de junho. Como demonstração de responsabilidade com a Gestão Pública, estamos recebendo de volta os projetos, evitando o recomeço de todo o processo de estudo e análise. Conforme os trâmites legais, havendo retirada de projetos ao longo de um exercício, esses somente poderão retornar sob a forma de uma nova matéria. Havendo o ingresso de novos projetos de leis complementares ao Plano Diretor, a Câmara teria que submetê-los a outro estudo. Prejudicaria e retardaria mais ainda a avaliação destas matérias, de fundamental importância, pois detalham o planejamento e organizam o futuro da cidade. Além da responsabilidade de, em vários momentos, discutir o Plano com diversos segmentos da sociedade, a Câmara também contratou uma das melhores especialistas neste tipo de análise no Brasil, a empresa Latus. Essa desenvolveu durante vários meses o estudo aprofundado das leis complementares, com apoio técnico do Legislativo. Também ocorreram reuniões periódicas da Comissão de Estudo e Análise do Plano Diretor, com dedicação exclusiva ao tema. Todo o processo de análise, que culminará na entrega de um Plano Diretor atualizado para Montenegro, ficaria comprometido se fosse mantido o erro do Executivo - a retirada dos projetos de lei complementares. Não tivesse havido flexibilidade e compreensão dos Vereadores, a bem do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**



Montenegro Cidade das Artes

interesse público, em aceitar novamente os projetos originais, a cidade sofreria injustificável prejuízo. A Comissão permanece constituída e trabalhando fortemente para o normal andamento deste processo.” Fiz questão de ler a palavra oficial da Câmara com relação ao tema. Certamente todos os Vereadores estarão falando aqui, que foi esta confusão causada pelo tira e retira. Estamos vivendo um grande vácuo jurídico porque, ainda que manifesta a sensibilidade do Legislativo em receber de volta os projetos de leis complementares, esses ainda não aportaram na Câmara. Fiz a leitura da palavra oficial da Câmara para que não fique o dito pelo não dito. Quero fazer referência ao pedido de informação respondido hoje a respeito do programa Minha Casa Minha Vida, do bairro Cinco de Maio, fiquei muito feliz com a resposta de que o sorteio realizado pela Secretaria de Habitação do Município na gestão passada, que contemplou as cento e sessenta famílias, será mantido, inclusive um cidadão me ligou esta semana perguntando, preocupado, porque pela primeira vez ele viu o nome dele lá na Secretaria. Esse cidadão tem mais de sessenta e cinco anos e já tem alguns problemas de visão. Lembrei-o que existe uma lei no Município, de dois mil de dez, que prioriza os andares térreos nos condomínios habitacionais populares que não têm elevador para deficientes físicos, idosos e famílias que têm crianças com algum tipo de dificuldade de locomoção, e o orientei que faça uso dessa lei para reivindicar para si um dos andares térreos. Falarei também da audiência pública que tivemos aqui na última quarta-feira, extremamente positiva, tratando novamente do tema Violência Contra a Mulher. É um tema recorrente, é um tema que o nosso mandato tem dado prioridade: toda esta questão dos vulneráveis, crianças, adolescentes, as mulheres em situação de risco por conta da violência impressa por seus companheiros e por uma sociedade que, infelizmente, é machista. Foi muito produtiva nossa audiência pública, protagonizada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos-CCDH, com a presença da Secretária Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, Ana Félix, também o Delegado Regional de Polícia Civil, Edilson Chagas Paim, e outras autoridade que estiveram discorrendo sobre o tema. Inclusive, cabe uma correção, porque saiu no jornal que a cada dois dias uma mulher é agredida em Montenegro, mas os dados da Polícia Civil de Montenegro trazem que todos os dias existem ocorrências pela Maria da Penha, seja por ameaça, tentativa e até agressão física, porque a violência extrapola esta questão do físico, ela está na violência psicológica, material, moral e sexual. Foi uma bela audiência pública, o material ficou todo arquivado e nós estaremos trabalhando a partir da semana que vem, dentro da CCDH, e também com outras forças do Município, para que possamos cada vez mais garantir a efetivação de políticas públicas para proteger, reprimir e prevenir a questão da violência contra a mulher. E aí se levanta um novo tema, porque há pouco tempo tivemos a Semana Municipal de Combate às Drogas, onde fomos criticados, nas redes sociais, por alguns atores que, via de regra, nos criticam porque falamos daqui e em outras esferas que a nossa rede de atendimento do Município ainda não atua a contento, jamais foi dito que ela não existe. Ela existe, mas ainda não consegue dar o suporte suficiente para a demanda existente. Também neste âmbito da violência contra a mulher isso se



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**



Montenegro Cidade das Artes

repete, o que nós assistimos, hoje, são as políticas públicas que não conseguem dar conta do tema e que precisam ser ampliadas, inclusive referendado pela representante oficial do Executivo que esteve nesta Mesa conosco, Secretária Kellen de Mattos, de que a rede de atendimento à mulher precisa ser melhorada. Para encerrar minha participação nesta noite, o tema do projeto AABB Comunidade, que tem um pedido de informação. Esse projeto não funciona se não houver a cedência de professores do Município para que o projeto aconteça, e essa cedência que existia está prejudicada neste momento. O amigo Roberto Bellina se manifestou com relação a isso no Facebook, e nós atendemos a este clamor, não dele, mas da sociedade, todos têm visto que esse programa é importante porque ele atende cerca de cem crianças em vulnerabilidade social e, aqui fazer um parêntese, de todos os bairros do Município. Esta fala que temos que levar esse projeto para os bairros é equivocada, inclusive as passagens para essas crianças têm subsídio. Quer dizer, esse projeto atende a toda comunidade montenegrina e precisa urgentemente ser retomado. Queremos apelar à sensibilidade do nosso Prefeito, da sua equipe, para que essa cedência possa ocorrer o mais rápido possível para que o projeto volte a funcionar, mas obviamente que o pedido de informação é importante, porque ele nos traz uma informação oficial. Assim como, também, com relação ao Minha Casa Minha Vida, do bairro Cinco de Maio, a gente já tinha uma noção, mas é sempre preciso uma informação oficial. **Vereador Roberto Braatz:** Uma justificativa da minha ausência ontem, na entrevista coletiva que a Câmara deu sobre a retirada do Plano Diretor por parte do Executivo: gostaria de estar presente, mas fui até o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem-DAER, acompanhado pelo Deputado Estadual Gerson Burmann e pelo Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Montenegro, Juliano Mottin. Por que fomos ao DAER? É sabido que o problema da Maurício Cardoso, RS 287, uma parte da RS 240, que vem lá do Rincão do Cascalho até o trevo do posto Shell, e depois passa a se denominar RS 287, ela é um problema sério em Montenegro. É uma das principais rodovias do Estado. É uma rodovia que tem causado acidentes com mortes. É preocupante porque a tendência é acontecer mais, além de que todos os dias é um martírio para quem mora nos bairros Santo Antônio e no Panorama, ou mesmo quem não mora, mas precisa acessar aquela região, quem mora em Alfama e vai por ali. Então, fomos levar essa preocupação uma vez mais ao DAER. Além do que, na questão do Plano Diretor, não podemos esquecer, recebemos uma pressão na Comissão do Plano Diretor para alterar a proposta inicial do Executivo, para propiciar loteamentos, alterar o zoneamento na região da Imigração, do Faxinal. E nós dizíamos: "Não, não é o momento, temos que aguardar a definição de forma respeitável e responsável, porque os Vereadores têm o dever de aguardar qual é a intenção verdadeira do estado do Rio Grande do Sul em relação à duplicação ou não da RS 287." Ou, em não fazendo, qual a alternativa? Ontem, lá no DAER, foi dito, de novo, que existe um estudo de fazer uma variante, ou seja, a partir da Companhia de Bebidas das Américas-AmBev em direção ao Pareci Novo. E, lá, teria uma derivação à esquerda e sairia na RS 124, que é a rodovia que vai ao Polo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**



Montenegro Cidade das Artes

Petroquímico. O Estado não tem isso concreto, nós não temos. Nós, da Comissão do Plano Diretor, discutimos que não podemos atender a demanda e propiciar, por exemplo, loteamentos, sem saber qual é o traçado, senão estaríamos incorrendo num desrespeito brutal com a lógica, com o bom senso. O que eu senti é que nós temos que pressionar, temos que ser persistentes, insistentes. O Diretor-Geral não sabia, e não tem o dever de saber, afinal, o Estado é grande, mas estava lá o Engenheiro Miguel Molina, que conhece muito bem a situação aqui. Ele se lembrava de detalhes, eles têm a memória da situação. Ficaram de vir nos próximos dias para ver aqueles assuntos mais emergenciais e tentar dar uma solução, mas vou ser um chiclete no pé do DAER, e o Deputado Gerson Burmann se comprometeu de colaborar nesse sentido e eu vou sentar no garrão de também. Temos que ter um resultado, não é possível que aquele pleito antigo, uma rotatória junto a Ramiro Barcelos, para propiciar uma travessia com segurança; não é possível que na Panorama, que dá acesso a dois educandários públicos, Escola Estadual Municipal de Ensino Fundamental Walter Belian e Colégio Estadual A. J. Renner, que naquela travessia não se coloque algum elemento de segurança. Foi uma reunião de uns quarenta minutos, me parece interessante, com resultados que acho que teremos. Uma coisa que foi colocada pelo Diretor-Geral, que achei muito interessante, de aprofundar o estudo junto à Empresa Gaúcha de Rodovias-EGR, uma empresa nova do Estado, criada em fevereiro deste ano, para ela pegar todo trajeto da RS 287 e pedagiar esse trecho, ou seja, fazer parte do pedágio existente em Rincão do Cascalho, não é mais um pedágio, ela integrar, e tem lógica, porque é uma continuação. Dizíamos para o Diretor-Geral: "O senhor não tem obrigação de saber, mas eu tenho o direito e a obrigação de levar ao seu conhecimento, o pessoal do Vale dos Sinos e do Paranhana que quer se deslocar para o Vale do Rio Pardo, o Vale do Taquari ele, necessariamente, passa por Montenegro, é o trecho mais curto. É importantíssima a duplicação." Ele se comprometeu conosco em sentar junto com o Presidente da EGR, Luiz Carlos Bertotto, para passar aquele trecho que hoje é de jurisdição do DAER, que vai do trevo do Shell até a BR 386, em Coxilha Velha, para a EGR e ela fazer a manutenção e abraçar a duplicação. Vamos ficar muito atentos, Vereadores, para que tenhamos um resultado definitivo. Lembro: a RS 122, que vai de Rincão lá para Bom Princípio, para São Vendelino, aquele trecho com pontes e viadutos foi duplicado com recursos do pedágio; as variantes que aconteceram em Bom Princípio e São Sebastião do Cai foram com recursos do pedágio. Enfim, aguardemos os próximos movimentos. Hoje, pela manhã, tivemos uma reunião importante junto com o Executivo para tratarmos do telecentro da Timbaúva, e veio o Secretário Municipal de Obras Públicas, Ademir Fachini, que tomou conhecimento pela manhã, veio aqui completamente despreparado. Lamentável, ele só sabia que as obras estão prontas. E o resto? Quando vai funcionar? *Em aparte, a Vereadora Rosemari Almeida:* Não é a primeira vez. Já temos falado com o Poder Executivo que prepare as pessoas antes de virem aqui, porque é um constrangimento para quem vem e para nós que estamos recebendo as pessoas. É constrangedor vir um Secretário que não sabia do assunto. Nós temos pedido e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**



Montenegro Cidade das Artes

insistido muito e isso acontece todas as semanas. *O orador retoma a palavra:* Aquele painel eletrônico situado na esquina da Dr. Bruno de Andrade com a Torbjorn Weibull e José Pedro Steigleder não está funcionando, funciona no Centro e na Buarque de Macedo com a Santos Dumont, mas lá não funciona, ele não sabia. Ele não sabia quando o telecentro vai funcionar. Não é para isso que a gente convidou o Executivo, é para ele nos informar quando vai funcionar, então, que mande gente preparada para, nós queremos colaborar com o Executivo, não é para criticar, fazemos reuniões para ajudar a construir, mas é difícil. Outro assunto que determina minha vinda à Tribuna é que estou propondo uma reunião, a pedido de moradores da rua Ludwig Wagner. Agora tem um problema decorrente do loteamento que tem no prolongamento da Luiz Hädrich. Um problema sério, que não tinha, mas com o loteamento sendo feito criou um problema para aquela gente. Há alagamentos, com chuva que não precisa ser muito intensa. Fizeram uma liberação inadequada e nós temos que resolver, porque as pessoas não podem ter quase que suas casas invadidas pela água, não conseguem sair de casa. Temos marcado, terça-feira pela manhã, uma reunião com o Executivo para tentarmos resolver esse problema que se criou, decorrente de um loteamento. Quero fazer leitura de duas notas que encaminhei, de sexta-feira para cá. Uma, em relação à criação de secretarias, que encaminhei para o e-mail do gabinete, dirigido ao Prefeito, com o seguinte teor: "O senhor encaminhou ontem projetos de lei criando secretarias e cargos, como companheiro de partido e Vereador gostaria de expressar o sentimento acerca das proposições, penso desnecessário a criação dos mesmos. Ademais, quanto ao momento, trata-se do pior, soma-se a isso o fato das reiteradas e diárias manifestações de economicidade do dinheiro público. Ora, a criação de secretarias e secretarias implica, necessária e inevitavelmente, em despesas e não poucas, logo, com todo acatamento, me parece incoerência entre discurso e prática. Assim sendo, sugiro repensar a decisão de encaminhamento dos projetos ao Legislativo. Os anos de experiência no Legislativo me obrigam a sugerir a retirada dos mesmos." isso foi na sexta-feira. Ontem, dada minha ausência na coletiva chamada pela Presidenta em relação à retirada dos projetos de lei complementares ao Plano Diretor, emiti a seguinte nota: "Ante o pedido de retirada dos projetos de lei complementares ao Plano Diretor, feito Prefeito Paulo Azeredo, e ante a impossibilidade de minha participação na coletiva com a imprensa, faço a seguinte manifestação: Na legislatura passada, no mês de dezembro, ao que me consta, em uma das reuniões públicas realizadas na Câmara de Vereadores, casa lotada, o Senhor Prefeito solicitou que não se votassem os projetos, verbalmente pediu que não se votasse até metade do ano de dois mil e treze. Os Vereadores da época solicitaram que o fizesse por escrito, se comprometendo em não retirar os projetos. Havia desconfiança que ele poderia retirar os mesmos. Ele então oficiou a Câmara solicitando formalmente a não votação até junho de dois mil e treze. Os Vereadores da atual legislatura respeitaram o acordo feito na legislatura passada. No início deste ano os Vereadores chamaram o Executivo para reunião na Câmara para tratar do andamento dos projetos, compareceram representantes do chefe do Poder Executivo. Solicitamos que apresentassem ideias e sugestões, aguardamos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**



Montenegro Cidade das Artes

pacientemente. A Comissão, por mim presidida, entregou os trabalhos em vinte e nove de maio de dois mil e treze para a Presidenta da Câmara. Nenhuma sugestão foi apresentada pelo Executivo. Os Vereadores da legislatura passada e desta cumpriram o acordo. Com a retirada dos projetos por parte do Prefeito, houve quebra de acordo. A confiança está quebrada porque foi unilateral, a atitude beira, se não a própria, irresponsabilidade.” **Vereador Márcio Muller:** Parabenizo o Presidente da CCDH, Vereador Tuco, pela promoção da audiência pública sobre o Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, um evento de extrema importância para nossa cidade. É assim que se faz a política, Vereador, lhe admiro, não é criando secretarias da mulher, do idoso, da criança que vai ser fazer algo para a mulher, para a criança e para o idoso, é fazendo debates, construindo soluções, trazendo coisas para Montenegro. Isso o senhor, através da CCDH, fez, e muito bem, na quarta-feira que passou. *O orador faz leitura de publicação do Senhor Beto Bellina, no facebook:* “Projeto AABB Comunidade – A próxima vítima... Ao que tudo indica, o importante projeto AABB Comunidade, que atende em torno de cem crianças no contraturno da escola, evitando que essas estejam nas ruas sob a condição de vulnerabilidade social, é a próxima vítima da Administração Municipal. Sob a justificativa de que o projeto deve ser estendido para as comunidades das vilas, a Administração, apesar de ter renovado o contrato com o projeto, inviabiliza a continuidade dessa importante ação social, retirando quase que a totalidade dos professores cedidos, o que fez com que o projeto esteja suspenso e as crianças fiquem em desamparo. É incompreensível que ações em prol da comunidade e em pleno andamento e sucesso sejam obstruídos pela Administração Municipal. Pior do que não construir é desconstruir. Solicito aos nobres Vereadores que intervenham, como nossos legítimos representantes, para que a Administração respeite a comunidade e mantenha o projeto em operação.” *O orador passa a citar diversos comentários no facebook, que constam logo abaixo da publicação, como:* “Pior que construir é desconstruir”; “Administração kinder ovo: cada dia uma surpresa”; “Bellina... Montenegro como você nunca viu...”; “Administração baseada no grande mestre da administração Fiat Lux... poupar palito de fósforo, mas nada de resultado”. *Após, retoma a oratória:* Parece que o alvo são as crianças. Primeiro é o enfrentamento com o Lar do Menor, Abrigo Menino Jesus de Praga; agora uma modificação no projeto da AABB Comunidade para que não funcione. Por isso o pedido de informação esta noite. Temos uma promessa, seria enviado um projeto de lei para esta Câmara, até o dia vinte e sete de junho, sobre o repasse ao Lar do Menor e Abrigo Menino Jesus de Praga, duzentos e noventa e seis mil reais faltantes. Hoje nós estamos em quatro de julho. Então, está difícil. Vamos ter que tomar providências urgentes semana que vem. Outro assunto que me traz à Tribuna: fico supresso, Vereador Braatz, quando nos seus requerimentos menciona que requer que o Executivo mande alguém que tenha conhecimento sobre a matéria. Será que é preciso mencionar isso? Isso é uma falta de respeito, mandar alguém com total desconhecimento. Aliás, o Vereador Tuco já me falou e estou começando a concordar, quando tiver reunião com o Executivo aqui acho que não vou participar mais, porque é fazer a gente de bobo, não tem aproveitamento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO



Montenegro Cidade das Artes

nenhum, as pessoas vêm aqui sem conhecimento nenhum sobre matéria nenhuma, são convocadas de última hora, vêm aqui aprender, porque não sabem nada. A Câmara de Vereadores está ensinando muita coisa para essa gente, tinham que trabalhar de graça, não têm competência para estar trabalhando na Prefeitura, estão dando despesa para o Município. Gente, pelo amor de Deus, é terrível, é muita trapalhada, e agora vem um projeto de lei revogar a lei que suspende a eficácia da lei do Plano Diretor de dois mil e sete. *Em aparte, o Vereador Marcos Gehlen:* Começa a ficar confuso até para explicar as coisas, porque vem um pedindo para devolver os projetos, vem outro dizendo para não respeitar o primeiro ofício e, depois, revoga tudo. Quando vamos explicar, até a gente tem que estudar um pouco mais para ver como vai ficar. *O orador retoma a palavra:* Deve ter um ser iluminado de outro planeta na Prefeitura causando alvoroço, de manhã é uma coisa e à tarde é outra. Vereador Braatz, o senhor que é do PDT tome uma atitude, é seu governo. **Vereador Renato Kranz:** Teremos a votação de dois requerimentos de minha autoria, referentes à questão da água potável a nossas comunidades. Existe um contrato assinado pelo governo anterior, do qual tive o privilégio de participar, resultante da discussão com a Companhia Riograndense de Saneamento-Corsan. Já temos atendidas duas comunidades dentro daquilo que era nossa reivindicação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Porto dos Pereiras, da comunidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Josepha Alves de Oliveira, e de Faxinal, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Frederico Schubert, já atendidas com água potável da Corsan. O contrato assinado também prevê atendimento à Escola Municipal de Ensino Fundamental Dona Clara Camarão, de Alfama; e a Estrada Getúlio Vargas, da qual se acredita que nos próximos dias deve ser iniciada a obra para levar água à escola daquela comunidade; e, importantíssimo também, para a comunidade de Rua Nova, onde existe o problema de falta de água potável há muitos anos; a Escola Municipal de Ensino Fundamental Etelvino de Araújo Cruz; assim como a Escola Municipal de Ensino Fundamental Bernardino Luís de Souza, situada no quilômetro vinte e dois, da BR 386, localidade de Porto Garibaldi. Vamos nos reunir com essas comunidades, apresentamos requerimento com o objetivo de debater com o Gerente local da Corsan, Fernando Orth, para conseguir, o mais rápido possível, resolver o problema da falta de água potável nessas localidades e escolas. O segundo requerimento que apresentei é com relação aos contratos e convênios do Município com a Caixa Econômica Federal para o repasse de recursos de emendas parlamentares, do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC 2, encaminhados pelo governo anterior, dentre eles a Unidade Básica de Saúde-UBS do bairro Santo Antônio, um recurso que a atual Administração, de acordo com resposta a pedido de informação que fiz, não sabia da existência do recurso, já garantido, do PAC 2, com convênio assinado com o Ministério da Saúde. Na resposta ao segundo pedido de informação sobre o mesmo assunto, apareceu que existe esse recurso desde dois mil e dez. Segundo informações que a Secretária Municipal de Gestão e Planejamento, Kellen de Mattos, passou para nós na Câmara, estão estudando a possibilidade de, ao invés de fazer no bairro Santo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO



Montenegro Cidade das Artes

Antônio, levar essa unidade para o bairro Olaria; e a possibilidade da Unidade de Pronto Atendimento–UPA, com convênio assinado para o repasse de um milhão e quatrocentos mil reais, já com depósito na conta do Município, assim como para a UBS, o estudo de transferi-la para o bairro Santo Antônio, mas não sabem aonde, nem terreno para isso tem. Vimos, na audiência pública em que a Secretária Kellen esteve presente, que é um governo bastante atrapalhado para esclarecer. Queremos trazer a esta Casa o Gerente de Contratos e Convênios com as Prefeituras, da Caixa Econômica Federal - Redur, de Novo Hamburgo. Esse sim vai nos esclarecer definitivamente e vamos confrontar as respostas dadas pelo governo municipal com aquilo que será trazido como esclarecimento, pois temos, não só o direito, mas o dever de saber o que realmente existe para a nossa comunidade. Assim como com relação ao Arroio São Miguel, situação extremamente preocupante, sendo que temos previsão de muita chuva até a primavera. Com certeza, o pessoal nas proximidades do Arroio e o do bairro Municipal deve estar muito preocupado, porque, volto a repetir, parece que este governo só vai se sensibilizar com a questão do Arroio São Miguel quando tiver fatalidades, vai ter que morrer gente lá, crianças, para ele tomar atitudes. Por que não toma? O contrato está assinado, a empresa contratada, ele não quer executar. Existem quatro milhões e cento e noventa mil reais disponíveis para essa obra. Lamentavelmente, o governo quer transferir o recurso dessa obra para outras. Pelas informações que tenho até o momento, não há nenhuma possibilidade de transferir recurso contratado para outra obra, a não ser para aquela a qual o recurso foi destinado. Dito pelo Procurador-Geral do Município aqui na Casa, registrado em ata, que o recurso para o Arroio São Miguel deverá ser aplicado, todo ele, no Arroio São Miguel, não podendo ser aplicado em outra ação, a não ser a contratada. O Arroio São Miguel, a comunidade precisa sim, e, se o projeto não está de acordo com o que o governo quer, ele tem o direito de alterar, mas que todo o recurso seja aplicado no Arroio São Miguel. Se não se fizer essa obra, a qual se tem dezoito meses para fazer, já se passaram seis, vamos perder os quatro milhões e cento e noventa mil reais a fundo perdido. Não precisamos devolver um centavo para o governo federal, são recursos do PAC 2, do Ministério das Cidades. *Em aparte, o Vereador Márcio Müller.* Tivemos reunião aqui na Câmara, promovida pelo senhor e pelo Vereador Tuco, para verificar quais são os projetos e recursos contratados com a Caixa Econômica Federal pelo governo anterior. A Secretária de Gestão e Planejamento ficou de remeter a esta Casa, antes do final do mês de junho, quais projetos tiveram êxito em sua aprovação e quais “morreram”. Veio essa informação para a Câmara? *O orador retoma a palavra:* Até o presente momento não temos uma informação sequer do governo municipal sobre quantos projetos foram aprovados e quantos não conseguiram êxito. Já perdemos, conforme lido na sessão desta noite, o distrato de um contrato de duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais de emenda parlamentar, recurso a fundo perdido, para uma rótula na Via II (av. Júlio Renner). O distrato foi feito dia vinte e sete de março, sendo que os contratos tinham validade até trinta de junho. Ora, um governo que não tem capacidade. Se os projetos não estavam de acordo, ele



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**



Montenegro Cidade das Artes

poderia refazer o projeto, readequá-lo até trinta de junho e não o fez. Preferiu devolver duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais ao governo federal. Esses projetos, cujo vencimento de todos era trinta de junho, se nós perdermos seiscentos e cinquenta mil reais para o que chamamos de "Paradão", o Terminal Rodoviário, se nós perdermos os duzentos mil reais para a revitalização da Ramiro Barcelos, os noventa e cinco mil reais para a rua Alemanha ou os noventa e cinco mil reais para a praça do Mutirão, tenho certeza de que esta Casa tomará outras atitudes com relação ao governo municipal, porque aí sim será perda de recurso por propósito, intenção, incompetência. É importante que a comunidade saiba que existem recursos disponíveis, que passam de mais de um milhão de reais, mais os para o Arroio São Miguel, em que temos em jogo mais de seis milhões de reais em recursos do governo federal trazidos para Montenegro e que poderiam, deveriam ser aplicados em nossa cidade na infraestrutura, na melhoria dos serviços públicos, em melhorias para nossa comunidade, nosso povo. Não poderia deixar passar a oportunidade de falar sobre o Plano Diretor. Vereador Tuco, realmente, a gente não sabe mais se existe hoje um Plano Diretor, se existem os projetos de lei complementares, qual a situação real. O que sabemos, e aí sim esta Casa tem que ter a responsabilidade, pois o Estatuto da Cidade obriga que os municípios tenham seu Plano Diretor - temos um de mil novecentos e setenta e oito - e que o Plano Diretor será adequado à realidade. Se isso não ocorrer, o próprio Estatuto da Cidade, uma lei federal, determina que o Ministério Público-MP instaure processo por improbidade administrativa. O Ministério Público de Montenegro já instaurou processo por improbidade administrativa. Ou cada um de nós, Vereadores, vai responder a processo por improbidade administrativa ou o chefe do Executivo vai responder. Vereadores, nossa responsabilidade neste momento é: precisamos votar. Qual a justificativa que temos para adiar a votação se fizemos audiência pública, criamos uma Comissão, fizemos o estudo, estamos prevendo nova audiência pública, em colocar em votação? Não podemos mais perder prazos. O Plano Diretor e seus projetos complementares precisam ser votados imediatamente. Agora, se o Executivo quer arcar com a responsabilidade e responder um processo por improbidade administrativa, o problema é do Executivo, e assim vai ser. Presidenta, esta Casa deve comunicar ao Ministério Público tudo o que está acontecendo, porque o MP assim o exige de nós. Recebemos correspondência esta semana, em que o MP está exigindo o encaminhamento final dos projetos do Plano Diretor. *Em aparte, o Vereador Roberto Braatz:* Com relação ao Plano Diretor, nunca na história de Montenegro um Poder deu tanta visibilidade ao Plano Diretor, à discussão, como esta Câmara deu. A alegação do Executivo de que não houve discussão com a comunidade é uma das coisas mais malucas que já vi como justificativa, não tem paralelo. Lamento isso, porque esta Câmara deu visibilidade aos processos. *O orador retoma a palavra:* Fizemos audiência pública, colocamos para a comunidade todo o processo, todas as leis, as quais estão à disposição no site da Câmara e todos tiveram acesso. Dizer que não houve o debate? Nós, em fevereiro, convidamos o Executivo, ele veio. Dissemos a ele que as portas da Casa estavam abertas através



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO



Montenegro Cidade das Artes

da nossa Comissão, para que o Executivo desse sugestões. Além disso, se o Executivo quer emendar é o momento. O Executivo tem o Líder de Governo. Pode trazer as emendas do governo através de seu Líder. Agora, retirar para discutir com a comunidade é retardar um processo que estava no fim e isso vai custar muito caro ao Executivo, no mínimo, um processo por improbidade administrativa. Disso não tenho dúvida nenhuma, tenho certeza. Nossa parte nós vamos cumprir na íntegra, assim como determina a legislação. **Vereadora Rosemari Almeida:** Não posso deixar de falar das trapalhadas desta semana, do quanto ficamos surpresos e decepcionados quando veio um pedido, ao Legislativo, de retirada de matérias desta Casa: Plano Diretor, quando, como Presidenta, já havia feito uma convocação de audiência pública, que seria a última, na semana que vem. O Prefeito tentou cercear o nosso trabalho, impedir a etapa que é da Câmara, a próxima etapa é a dele. Recebemos na terça-feira e, na quarta-feira, no momento que foi entregue a devolução dos projetos que ele solicitou, naquele momento ele entregou junto um ofício: que ele voltava atrás, que não queria mais a devolução. Mandamos, hoje à tarde, nosso ofício. Zelando pela comunidade, informamos ao Prefeito que reencaminhasse os projetos para cá, que daríamos segmento no trâmite normal, cumprindo com o nosso dever de vereador. Enalteço essa competente Comissão que estudou esse Plano Diretor. Tentar atrapalhar o nosso serviço! Que bom que ele voltou atrás, e ele tem voltado atrás em muitas coisas. Aliás, ele só tem voltado atrás. Retirar projetos é o que mais acontece, ou projetos errados, manda mensagem aditiva. Não temos um projeto para votar esta noite porque foram todos retirados, tudo errado. Retirou também a criação das duas secretarias. Que bom que retirou, Vereador Ari, porque quem estaria numa situação difícil era o senhor. Pelo que o senhor disse na semana passada aqui, e vou lembrar o que o senhor disse, quando me pronunciei, que perguntei por que seriam criadas essas secretarias, se era promessa de campanha, o senhor disse que havia votado contra no outro mandato, do Prefeito Percival, mas que o senhor até estava revendo sua posição, o senhor colocou que cada um vota conforme sua posição. *A oradora faz leitura de trecho de ata, pronunciamento do Vereador Ari Müller:* "Na vez passada, até votei contra a criação de secretarias, mas lhe digo que até houve um progresso, teve coisas boas, se eu votasse hoje, não por hoje ser governo, não sei qual seria a minha posição". Agora não vamos votar, porque ele retirou. Sei qual seria a sua posição, porque o senhor é um homem de palavra, e tem nas atas aqui, o senhor sempre disse que é um homem de palavra e confio no senhor. Conheço a sua conduta, e essa palavra o senhor disse em dois mil e nove, quando, nos primeiros meses de governo, o Prefeito Percival mandou para nós o projeto de lei, criando secretarias. Vocês perderam a eleição aquela vez. Aí o senhor disse: "Se meu partido tivesse ganho a eleição e apresentasse um projeto para criar cargos, eu seria o primeiro a votar contra." E, conhecendo o senhor, um homem de palavra, digno, está na ata. O senhor colocou mais, chegou a dizer, sobre o meu pronunciamento, que eu estaria defendendo só o funcionalismo. O funcionalismo precisa ser atendido, mas o seu governo não está atendendo, de jeito nenhum. O seu governo é o que menos atende o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO



Montenegro Cidade das Artes

funcionalismo! Tem noventa e cinco Cargos em Comissão-CC's e trinta e quatro Funções Gratificadas-FG's para funcionários. O senhor disse que tem que atender o funcionalismo. Vereador, não falei só nos funcionários, eu falei no momento, na contramão, um tiro no pé, ou o senhor não sabe dos movimentos que estão acontecendo: acorda Brasil, acorda Montenegro, acorda vereador! Não é momento. Em dois mil e nove também o senhor disse, naquela oportunidade: "Além disso, não estamos em época de criar cargos e aumentar despesa". Novamente, não estamos em época de criar cargos e aumentar despesas. Vereador, eu confio no senhor. O senhor tem uma conduta ilibada, não deixe que lhe roubem a dignidade. Porque quando nós saímos daqui, chegamos em casa e temos que olhar nos olhos da nossa família, dos nossos filhos. O que está gravado está gravado, e o senhor tem dito sempre: "Eu tenho palavra." E o senhor tem, sei que tem. Tem mais, que pena que retiraram só as secretarias, que não retiraram o cargo de contador. Aqui faço uma denúncia muito séria sobre contador: nunca vi fazer um projeto de lei ferindo o princípio da impessoalidade. Sabe o que colocaram na Mensagem? "Por fim, lembro ainda que temos na banca do último concurso, realizado em dois mil e onze, um contador com plenas condições de assumir essa árdua tarefa." Nunca se cria um cargo destinando para tal pessoa. Então, é destinado para o seguinte do concurso? Princípio da impessoalidade. Isso não pode acontecer. Volto, falando novamente, no que aconteceu: Plano Diretor, tentaram cercear o nosso trabalho, e volto a falar que talvez alguns não ativeram ao que foi lido, porque entrou hoje. Vereador Ari, por favor, peça para o Prefeito rever isso, pelo homem que o senhor é, mais uma coisa errada, mais um tiro no pé. Os senhores lembram que no dia vinte de junho votamos um projeto de lei, alterando a redação do artigo primeiro da Lei n.º 5.737/2012, do Plano Diretor. Ficou assim o artigo primeiro: "Permanece suspensa a eficácia da Lei Complementar n.º 4.759, de seis de novembro de dois mil e sete, e prorroga prazos previstos no artigo primeiro da Lei n.º 5.560, de vinte e seis de dezembro de dois mil e onze, até trinta e um de dezembro de dois mil e treze, ou até – o que nós acrescentamos – entrada em vigor das leis que complementem a Lei n.º 4.759/2007, o que ocorrer primeiro." Isso em função do Plano Diretor. O Prefeito ainda não sancionou, ainda tem prazo, são quinze dias úteis. Mas, nesse tempo, o que ele mandou para a Casa hoje, revogando toda a lei, o conjunto, o que é isso? Quem é que falou que tinha uma luz de outro lugar na Prefeitura? Não tem luz nenhuma, são as trevas lá dentro, pelo que está entrando aqui: "Revoga a Lei n.º 5.737/2012, que prorroga o prazo para permanecer suspensa a eficácia da Lei Complementar n.º 4.759/2007 e manter a eficácia da Lei n.º 2.095/1978". Que confusão! Pelo que se entende aqui, aquela parte do Plano Diretor que foi votada em dois mil e sete, com essa revogação, está sozinha, solta, sem complemento nenhum. E tem mais, e os erros! Nem sei como fica essa lei: "Artigo primeiro: Revoga a Lei n.º 5.737/2012, que prorroga o prazo para permanecer suspensa a eficácia da Lei n.º 4.759/2007 e a manter a eficácia da Lei n.º 2.095/1978." Sabe para aonde que passou? "Artigo terceiro: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação." O artigo segundo deve estar em algum objeto voador não identificado-OVNI, perdido por aí, porque ele não apareceu no



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**



Montenegro Cidade das Artes

projeto. Cadê o artigo segundo? Por isso não temos projetos para votar hoje. Será que temos que nos calar? Será que alguém tem dúvida ainda de alguma coisa? Essa é a realidade, ou os projetos vêm errados, ou tem que retirar. E a Câmara tem sido parceira, sim. Chegamos a votar na Comissão Geral de Pareceres-CGP, na confiança muitas vezes, projetos "capengas", que eles ficam de mandar a complementação na quinta-feira até a hora de começar a sessão e, quando mandam, votamos. Vereador Ari, por favor, agora que chegamos nesse ponto, que mandamos o ofício para o Prefeito, que ele mande os projetos de volta, já que ele resolveu assim e nós consideramos o pedido em função da comunidade. Que ele o faça logo, pensei que viria hoje à tarde, não veio ainda, nós precisamos desses projetos para poder dar continuidade ao nosso trabalho. AABB Comunidade, é lamentável, há quinze dias falava nesta Tribuna que não tinha sido assinado o convênio, como disse o Márcio Reinheimer, tem muitos municípios na fila de espera tentando aderir a esse Programa, e foi anunciado pelo Vereador Ari, semana passada, que o contrato tinha sido assinado na sexta-feira, logo depois que falei na Tribuna, mas não basta só isso, Vereador Ari, as crianças estão lá, não tem professor. Não adianta só papel, tem que fazer funcionar. O que falta? Vereador Ari, o Prefeito que reveja as pessoas que o acompanham bem perto. Tenho dito, não sou contra CC, agora num governo que tem essas atitudes, de ter noventa e cinco CC's, trinta e quatro FG's, esse governo valoriza servidor? Os servidores que não entraram pela porta dos fundos, que prestaram concurso, e hoje não sei se eu encontro um satisfeito naqueles corredores. Então, Vereador Ari, não é só em função do funcionalismo, é o momento que estamos vivendo. Enquanto se fala em lixo e se diz como promessa de Natal, de Papai Noel, que o lixo vai estar funcionando, isso não é presente, é obrigação, é dever, para o contribuinte que paga seus impostos. Isso até é uma afronta para a comunidade! Há poucos dias, me dizia um senhor, marido de uma amiga minha: "Vereadora, eu não peço nada, pago meu IPTU-Imposto Predial e Territorial Urbano, em cota única, mas pelo menos o lixo tem que funcionar." Querem colocar containers, vão botar cem, espalhar na cidade. Quantas quadras vamos correr para botar os saquinhos? Gente, pé no chão! Economizar enquanto cria duas secretarias, não, é andar na contramão. Acorda Montenegro, junto com acorda Rio Grande, acorda Brasil, acorda Prefeito, acorda Vereador! Vereador Ari, sei que tem palavra, sempre apostei no senhor e vou lhe dizer que, semana passada, quando tentou colocar a sua manifestação, que ficamos chocados, o senhor disse que não sabia como se posicionar, que votou contra da outra vez, mas que alguma coisa foi bom, que iria rever. Vereador Ari, o pior sentimento que alguém pode ter em relação ao próximo é pena, e vou dizer: eu só senti pena do senhor, e, mais, porque o senhor tentou defender o indefensável. Como o Vereador Renato disse em uma oportunidade, a sua situação é muito complicada, se falassem mal, ou se uma pessoa da minha família tivesse as atitudes que o Prefeito tem, e eu tivesse que defender, também me sentiria mal e o senhor também sentiria pena de mim. Mas conte conosco, vamos ajudá-lo em todos os momentos, o senhor é uma pessoa digna, que merece toda a minha consideração. *Encerrada a Hora dos Oradores, a Presidência*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO



Montenegro Cidade das Artes

determinou que se prosseguisse a Sessão com a Ordem do Dia, pedindo ao Secretário que fizesse a leitura da matéria a ser votada. 1. Pedido de Informação n.º 150/2013, do Vereador Renato Kranz: Tendo em vista constar na LDO 2013, informar quando serão realizadas as obras de microdrenagem e calçamento nas Ruas dos Cedros e das Seringueiras, bairro Senai. *Em discussão, o Vereador Renato Kranz*: Estou muito preocupado e tenho acompanhado o Orçamento do Município. Entro, todos os dias, no site da Prefeitura, tento buscar editais de tomada de preços, enfim, o que está sendo executado do Orçamento? Não consigo encontrar nada. Aí a gente começa a perguntar por quê? Sabemos que os editais de obras precisam entrar, no máximo, até vinte e cinco ou vinte e seis de setembro, por causa dos prazos legais este ano, se não, não vai executar a obra, não vai conseguir fazer a licitação e contratar. A execução do Orçamento é uma das responsabilidades do chefe do Executivo, a não execução, e tentar justificar o porquê de não ter executado o Orçamento, vai lhe causar uma dor de cabeça com o Tribunal de Contas. O setor de obras da Prefeitura deve estar muito preocupado com os projetos de pavimentação, execução de obras, projetos de obras em escolas. Temos, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SMEC, uma série de recursos alocados no Orçamento para obras. Além disso, temos todas as obras com recursos do governo federal. Estamos em julho, não temos mais três meses, não temos mais noventa dias para fazer isso, é impossível. Aí me preocupa, vamos perder benefícios, benfeitorias em função de que o governo municipal não está conseguindo agilizar os projetos para realização das obras. *Vereador Marcos Gehlen*: Apenas para corroborar, as duas ruas em questão: das Seringueiras e dos Cedros, do Prolurb II, elas constam no Orçamento do Município. Então, esse é o grande questionamento. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 2. Pedido de Informação n.º 151/2013, do Vereador Renato Kranz: O pórtico que estava sendo construído na RS 240 está com sua obra parada. Por que não reiniciou? Qual a previsão de conclusão? **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 3. Pedido de Informação n.º 152/2013, do Vereador Márcio Müller: Com relação ao "sinal" dos telefones móveis, estão ocorrendo tratativas por parte da Administração Municipal com as operadoras na busca por uma solução definitiva? **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 4. Pedido de Informação n.º 153/2013, do Vereador Carlos E. de Mello: Com relação ao pedido de providência para conserto de bueiro na esquina das ruas João Cândido e Maria Antônia Machado, por qual motivo ainda não foi realizado o conserto? *Em discussão, o Vereador Carlos E. de Mello*: Faço esse pedido devido ao grande problema, da calamidade, naquelas ruas. Não fomos atendidos no pedido de providência, há mais de sessenta dias, por isso fizemos este pedido, para ver se seremos atendidos, para podermos tomar alguma providência se não for atendido, porque a comunidade não pode ficar esperando, devido ao risco que estão correndo. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 5. Pedido de Informação n.º 154/2013, dos Vereadores Márcio Müller, Carlos E. de Mello, Marcos Gehlen, Rosemari Almeida, Gustavo Zanatta e Renato Kranz: Com relação ao projeto AABB Comunidade, estando o convênio renovado, quais motivos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**



Montenegro Cidade das Artes

impedem que as atividades sejam retomadas? Há previsão de quando serão retomadas as atividades? *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* Acho extremamente importante esse pedido, porque já trabalhamos e discutimos isso. Quando assumimos o governo, esse projeto já vinha do governo anterior, inclusive o melhoramos e ampliamos o número de atendimentos de crianças. Acho importantes as parcerias, acho que o governo municipal pode buscar parcerias. Nós, na época, tivemos dificuldades e buscamos parceria com o Supermercado Imec, outro dia o pessoal do Supermercado Imec foi levar os mantimentos da parceria e não tinha nenhuma criança. Os funcionários do Imec ficaram indignados, porque eles são parceiros, eles gostam do programa. Na verdade, é muito importante o que estamos fazendo, querendo informações do governo. Preocupa-me, também, porque sabemos que é um projeto de contraturno da escola. Tenho a listagem de todas as crianças matriculadas este ano, todas elas de escolas públicas e de periferia do Município, tanto da rede municipal como estadual. São crianças que os pais trabalham durante o dia, em um turno estão na escola regular e em outro turno estavam indo para a AABB. Essas crianças estão na rua, não têm ninguém com quem ficar, aquelas escolas que não têm turno integral ainda ou o Mais Educação. Além disso, me preocupa que esse projeto não começou no início do ano, porque o Município, em dois mil e quatorze, não terá esse recurso, trinta por cento sobre o valor do FUNDEB-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, de cada criança. Perdendo dinheiro, lamentavelmente! Acho que o projeto precisa continuar e precisa ser aplicado e melhorado. *Vereador Marcos Gehlen:* Quero dar um testemunho de vivência dessa situação, porque, no período que trabalhei no Conselho Tutelar, encaminhamos várias crianças para esse programa, chamado AABB Comunidade, e quando manifestamos, durante a Semana de Combate às Drogas, a fragilidade da rede de atendimento do Município, recebemos duras críticas por atores que nem merecem consideração. O programa AABB Comunidade faz parte da rede de atendimento do Município, que, via de regra, os encaminhamentos para esse programa são feitos via Conselho Tutelar, que atende as famílias em vulnerabilidade social. Muitas vezes, são filhos de famílias com problemas, inclusive de drogadição. Então, em um turno as crianças estão na escola e, no contraturno, na AABB Comunidade, resguardadas do perigo das drogas. Não é crítica pela crítica, mas discutindo o pedido de informação. Assim que vier a resposta, temos o dever de tomar uma atitude séria com relação a esse programa. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos. 6. Pedido de Informação n.º 155/2013, do Vereador Carlos E. de Mello:** Quantos Assistentes Administrativos estão atuando como servidores municipais? Do último concurso realizado, quantos foram nomeados? **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos. 7. Requerimento n.º 89/2013, do Vereador Dorivaldo da Silva:** Agendamento de reunião para tratar sobre a construção de calçada na rua Juvenal Alves de Oliveira. *Em discussão, o Vereador Dorivaldo Silva:* Já vem de muito tempo a preocupação, há dez anos que foi feita a escola e a comunidade foi crescendo. Nosso bairro, Senai, tem três colégios, daria para dizer até quatro,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**



Montenegro Cidade das Artes

porque temos o SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, onde tem uma juventude fazendo cursos também. E, devido a dois acidentes ocorridos em junho com crianças, a preocupação aumentou mais. Fui procurado por pais para tomar uma providência, sendo representante legal daquela comunidade. Então, estou propondo essa reunião e convidando essas autoridades para buscarmos uma solução, porque aquela rua já pode ser chamada de avenida, quem transita nela sabe o perigo. Em horas de aula, em hora da largada, o asfalto fica tomado de crianças e é ruim até para os motoristas trafegarem. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos.** 8. Requerimento n.º 92/2013, subscrito por todos os Vereadores: Moção de Apoio à manutenção da Banda de Música da Escola de Formação e Especialização de Soldados (ESFES) da Brigada Militar de Montenegro. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos.** 9. Requerimento n.º 93/2013, do Vereador Renato Kranz: Agendamento de reunião para tratar de assuntos referentes aos contratos e convênios entre a Caixa Econômica Federal e o Município. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos.** 10. Requerimento n.º 94/2013, do Vereador Renato Kranz: Agendamento de reunião para tratar da ampliação do fornecimento de água potável para as localidades de Alfama, Estrada Getúlio Vargas, Rua Nova, Porto Garibaldi e Estrada Martins Souza Vigel. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos.** 11. Requerimento n.º 95/2013, do Vereador Gustavo Zanatta: Requer licença para tratar de interesses particulares, no período de 16 de agosto a 1.º de setembro de 2013. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos.** Terminada a Ordem do Dia e não havendo Explicações Pessoais, a Presidenta convidou os Vereadores para reunião da Comissão Geral de Pareceres, na terça-feira, às oito horas e trinta minutos, para a Sessão da Câmara Mirim, na segunda-feira, às dez horas, e para Sessão Ordinária, na quinta-feira, às dezenove horas, encerrando a presente sessão às vinte horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando para constar esta ata. *Sala de Sessões, 04 de julho de 2013.....*

Ver. Márcio Müller
1.º Secretário

Ver.ª Rosemari Almeida
Presidenta